



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de suprimentos hospitalares indispensáveis ao pleno funcionamento das atividades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU do município de Monte Santo/BA.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Amparada legalmente no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, solicito autorização para abertura de processo administrativo, visando a contratação de empresa especializada em fornecimento de suprimentos hospitalares indispensáveis ao pleno funcionamento das atividades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU do município de Monte Santo/BA.

2.2. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU desempenha papel fundamental na rede de atenção à saúde, atuando no atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência e garantindo o socorro imediato a vítimas em situação crítica, reduzindo sequelas e preservando vidas. Seu pleno funcionamento é essencial para assegurar a resposta rápida e eficiente às ocorrências médicas, integrar os diferentes níveis de atenção do sistema de saúde e garantir o direito constitucional à saúde e à vida da população, especialmente em municípios de grande extensão territorial como Monte Santo/BA

2.3. A aquisição justifica-se pela necessidade imediata de reposição de materiais médico-hospitalares utilizados rotineiramente nas ambulâncias e nas bases operacionais do SAMU, indispensáveis para a execução dos atendimentos de urgência e emergência. A falta desses insumos comprometeria gravemente a capacidade de resposta das equipes, colocando em risco a vida dos pacientes e a eficiência dos protocolos assistenciais.

2.4. Por fim, ressalta-se que esses materiais são de uso contínuo e essenciais, utilizados em procedimentos de suporte básico e avançado de vida, como imobilizações, curativos, controle



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

de vias aéreas e monitoramento clínico, sendo, portanto, imprescindíveis para a manutenção da qualidade, segurança e prontidão dos serviços prestados à população.

3. DO CUSTO ESTIMADO

3.1. Os valores estimados foram realizados com pesquisa direta com 3 (três) fornecedor, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa de escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, seguindo as diretrizes e de acordo com o Decreto Municipal nº 551/2023 de 16 de fevereiro de 2023.

3.2. O valor total do serviço é de **R\$ 45.064,08 (quarenta e cinco mil sessenta e quatro reais e oito centavos)**, levando em consideração a cotação de MENOR VALOR.

Item	Nome	Preço Estimado	Quantidade	Unidade	Total
1	BANDAGEM ISRAELENSE. ATADURA DE EMERGÊNCIA WOUNDSTOP DE 10 CM DE LARGURA COM PRESSÃO DIRETA MULTIFUNCIONAL PARA TRATAMENTO DE HEMORRAGIAS TRAUMÁTICAS EM EMERGÊNCIAS COMPOSTO DE: ATADURA ELÁSTICA PRODUZIDA EM UMA MISTURA DE FIOS GRAU MÉDICO (ALGODÃO,	R\$ 95,83	40	Unidades	R\$ 3.833,20
2	PÁS ADESIVA DO DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO, (DEA), ADULTO, DA MARCA CMOS DRAKE, LIFE 400 FUTURA.	R\$ 236,17	6	Unidades	R\$ 1.417,02
3	PÁS ADESIVA DO DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO, (DEA), INFANTIL, DA MARCA CMOS DRAKE, LIFE 400 FUTURA.	R\$ 418,06	4	Unidades	R\$ 1.672,24
4	PÁS ADESIVAS ELETRODO ADULTO, P/ DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR LIFEMED, MODELO LIFESHOCK PRO, DESFIBRILADOR BIFÁSICO E MONITOR MULTIPARAMÉTRICO, EMBALADAS EM SACOS HERMÉTICOS DE MATERIAL OPACO DESTINADO A PROTEGER O GEL	R\$ 357,19	6	Unidades	R\$ 2.143,14



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DA LUZ E DA UMIDADE.

5	PÁS ADESIVAS ELETRODO INFANTIL, P/ DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR LIFEMED, MODELO LIFESHOCK, EMBALADAS EM SACOS HERMÉTICOS DE MATERIAL OPACO DESTINADO A PROTEGER O GEL DA LUZ E DA UMIDADE.	R\$	491,91	4	Unidades	R\$ 1.967,64
6	PÉ DE CABRA; ALAVANCA DE METAL, FABRICADO EM AÇO FORJADO E REDONDO. DIÂMETRO: 5/8 (16 MM) COMPRIMENTO: 60 CM	R\$	44,85	2	Unidades	R\$ 89,70
7	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO; TECNOLOGIA INFRAVERMELHA - SEM CONTATO COM PESSOAS OU OBJETOS - TEMPERATURA NO MOMENTO DA MEDIÇÃO; SENSOR: TEMPERATURA INFRAVERMELHO.	R\$	52,22	2	Unidades	R\$ 104,44
8	LANTERNA INFRAVERMELHO T20 850NM 5W OU 7W REGISTRADA, LANTERNA TÁTICA MODELO UF- T20 INFRAVERMELHO LONGO ALCANCE	R\$	210,43	4	Unidades	R\$ 841,72
9	LARINGOSCÓPIO INFANTIL, EQUIPAMENTO COMPOSTO DE CABO (PUNHO) COM CABEÇOTE; ACONDICIONADO EM ESTOJO. CABO DE LARINGOSCÓPIO INFANTIL, COM 1 LÂMINA RETA N. 00, COM ILUMINAÇÃO EM LED COM VIDA ÚTIL DE 30.000 HORAS.	R\$	852,87	2	Unidades	R\$ 1.705,74
10	SONDA PARA ASPIRAÇÃO DE PONTA RÍGIDA TIPO YANKAUER. CÂNULA DE SUCÇÃO DE PONTA RÍGIDA RESISTENTE A ESTILHAÇOS PARA SUCÇÃO DE FLUIDOS COM PONTA RETA E BULBO. DIÂMETRO INTERNO DE 24 CH.	R\$	201,95	30	Unidades	R\$ 6.058,50
11	MÁSCARA LARÍNGEA. CONFECCIONADA EM SILICONE GRAU MÉDICO E TOTALMENTE LIVRE DE LÁTEX; REFORÇO EM ESPIRAL AFIM DE	R\$	38,85	30	Unidades	R\$ 1.165,50



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	MINIMIZAR ESMAGAMENTO, RESISTENTE À TORÇÃO OU DOBRAS; DEVE TER BARRAS QUE PROTEGEM A OBSTRUÇÃO ACIDENTAL DA EPIGLOTE E ENGATE RÁPIDO PARA MÁSCARA LARÍNGEA. CONFECCIONADA EM SILICONE GRAU MÉDICO E TOTALMENTE LIVRE DE LÁTEX; REFORÇO EM ESPIRAL AFIM DE MINIMIZAR ESMAGAMENTO, RESISTENTE À TORÇÃO OU DOBRAS; DEVE TER BARRAS QUE PROTEGEM A OBSTRUÇÃO ACIDENTAL DA EPIGLOTE E					R\$
12	ENGATE RÁPIDO PARA	R\$	44,69	20	Unidades	893,80
	MÁSCARA LARÍNGEA. CONFECCIONADA EM SILICONE GRAU MÉDICO E TOTALMENTE LIVRE DE LÁTEX; REFORÇO EM ESPIRAL AFIM DE MINIMIZAR ESMAGAMENTO, RESISTENTE À TORÇÃO OU DOBRAS; DEVE TER BARRAS QUE PROTEGEM A OBSTRUÇÃO ACIDENTAL DA EPIGLOTE E					R\$
13	ENGATE RÁPIDO PARA	R\$	34,21	20	Unidades	684,20
	MÁSCARA LARÍNGEA. CONFECCIONADA EM SILICONE GRAU MÉDICO E TOTALMENTE LIVRE DE LÁTEX; REFORÇO EM ESPIRAL AFIM DE MINIMIZAR ESMAGAMENTO, RESISTENTE À TORÇÃO OU DOBRAS; DEVE TER BARRAS QUE PROTEGEM A OBSTRUÇÃO ACIDENTAL DA EPIGLOTE E					R\$
14	ENGATE RÁPIDO PARA	R\$	25,61	20	Unidades	512,20
	CINTO ARANHA ADULTO. TIRANTE ARANHA ADULTO - CONFECCIONADO EM FITAS DE POLIPROPILENO OU NYLON NA LARGURA DE 50 MM, FECHO DE REGULAGEM EM VELCRO E REGULADOR PLÁSTICO PRETO. PARA COLOCAÇÃO EM PRANCHA RÍGIDA ONDE FIXARÁ A VITIMA A SER					R\$
15	SOCORRIDA OU TRANS	R\$	62,57	4	Unidades	250,28
16	CINTO ARANHA INFANTIL. TIRANTE	R\$	58,78	2	Unidades	R\$

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
Praça Professor Salgado, nº 200, Centro – Monte Santo/Bahia – CEP 48.800-000
CNPJ: 13.698.766/0001-33 - Telefax: (75) 3275-1124



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ARANHA INFANTIL - CONFECCIONADO 117,56
EM FITAS DE POLIPROPILENO OU
NYLON NA LARGURA DE 50 MM, FECHO
DE REGULAGEM EM VELCRO E
REGULADOR PLÁSTICO PRETO. PARA
COLOCAÇÃO EM PRANCHA RÍGIDA
ONDE FIXARÁ A VITIMA A SER
SOCORRIDA OU T

17	CINTO TIRANTE ADULTO PRANCHA DE RESGATE MACA APH, JOGO DE CINTO COM 3 PEÇAS CORES: PRETO, VERMELHO E AMARELO	R\$	58,90	4	Unidades	R\$ 235,60
----	---	-----	-------	---	----------	---------------

18	COLAR CERVICAL REGULÁVEL PEDIÁTRICO. COLAR CERVICAL É UM DISPOSITIVO RÍGIDO QUE PERMITE UMA MELHOR IMOBILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL, PERMITINDO O ADEQUADO ALINHAMENTO NEUTRAL, ATUANDO NA PREVENÇÃO DE DESVIOS LATERAIS E NA FLEXÃO E EXTENSÃO ANTERIOR E/	R\$	43,50	4	Unidades	R\$ 174,00
----	--	-----	-------	---	----------	---------------

19	IMOBILIZADOR DE CABEÇA (HEAD BLOCK) UNIVERSAL,O IMOBILIZADOR DE CABEÇA ADULTO É PRODUZIDO EM ABS E PRESO COM VELCRO AO TECIDO QUE REVESTE A PRANCHA, ESTE ARTIGO POSSUI DOIS CINTOS DE IMOBILIZAÇÃO REGULÁVEIS PARA TESTA E QUEIXO, É RESISTENTE A IMPACTO	R\$	87,93	4	Unidades	R\$ 351,72
----	--	-----	-------	---	----------	---------------

20	LONA DE TRANFERÊNCIA RESISTENTE PARA TRANSFERÊNCIA DE PACIENTES COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO, CAPAZ DE SUPORTAR 180 À 200 KG, COM 8 ALÇAS LATERAIS QUE FACILITA O TRANSPORTE LARGURA 70CM, PROFUNDIDADE 180CM, 1CM DE ALTURA	R\$	116,22	2	Unidades	R\$ 232,44
----	---	-----	--------	---	----------	---------------

21	MANEQUIN TORSO PARA MANOBRA DE RCP ADULTO E INFANTIL	R\$	1.645,01	2	Unidades	R\$ 3.290,02
----	---	-----	----------	---	----------	-----------------

22	MANTA TÉRMICA. - MANTA TÉRMICA CONFECCIONADA	R\$	71,50	50	Unidades	R\$ 3.575,00
----	---	-----	-------	----	----------	-----------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
Praça Professor Salgado, nº 200, Centro – Monte Santo/Bahia – CEP 48.800-000
CNPJ: 13.698.766/0001-33 - Telefax: (75) 3275-1124



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EM FILME ALUMINIZADO, DESTINADA À
MANUTENÇÃO DA TEMPERATURA
CORPORAL, EVITANDO O CHOQUE
TÉRMICO, A PROVA D'ÁGUA E DE
VENTO, RESISTENTE.
EXPELE O CALOR EXTERNO.

PRANCHA COLETORA TIPO
SCOOP/COLHER/TESOURA, PARA
RESGATE DE EMERGENCIA, FEITA DE
ALUMINIO, DE ALTA RESISTÊNCIA E
ALTA DENSIDADE, COMPRIMENTO:
1,90, LARGURA 45CM, ALTURA 7CM.

23	CAPACIDADE DE CARGA 160 KG.	R\$	2.090,59	2	Unidades	R\$ 4.181,18
----	-----------------------------	-----	----------	---	----------	--------------

TALA MOLDÁVEL DE IMOBILIZAÇÃO EM
EVA. USADA

PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA NO
RESGATE E TRANSPORTE DE
ACIDENTADOS.COM TELA ARAMADA
ZINCADA, REVESTIDA EM EVA VIRGEM.
COM FITA CREPE, BANDAGEM OU GAZE
PARA UMA IMOBILIZAÇÃO COMPLETA.

24	CONJUNTO COM 4 PEÇAS N	R\$	17,50	80	Unidades	R\$ 1.400,00
----	------------------------	-----	-------	----	----------	--------------

BOLSA DE RESGATE MOCHILA SAMU
192, ALTURA X LARGURA X
PROFUNDIDADE

25	19 CM X 46 CM X 32 CM	R\$	207,00	6	Unidades	R\$ 1.242,00
----	-----------------------	-----	--------	---	----------	--------------

BOLSA DE SINAIS VITAIS,
PROPORCIONA MELHOR
ACONDICIONAMENTO PARA MATERIAIS
DE SINAIS VITAIS.

26	DE SINAIS VITAIS.	R\$	150,71	4	Unidades	R\$ 602,84
----	-------------------	-----	--------	---	----------	------------

BOLSA MOCHILA SAMU
MEDICAMENTOS 717, FIBRA
REGATE,ARTE INTERNA: POSSUI 54
COMPARTIMENTOS EM PLÁSTICO
TRANSPARENTE COM FECHAMENTO
EM VELCRO, DIVIDIDOS ENTRE 06
CARTELAS REMOVÍVEIS, ALÉM DE
ELÁSTICOS PARA FIXAÇÃO DE
MATERIAIS E OUTROS 03 BOLSOS COM
ZÍP

27	ZÍP	R\$	204,29	6	Unidades	R\$ 1.225,74
----	-----	-----	--------	---	----------	--------------

BATERIA CARDIOVERSOR LIFEMED,
MODELO LIFESHOCK PRO,

28	MODELO LIFESHOCK PRO,	R\$	2.548,33	2	Unidades	R\$ 5.096,66
----	-----------------------	-----	----------	---	----------	--------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
Praça Professor Salgado, nº 200, Centro – Monte Santo/Bahia – CEP 48.800-000
CNPJ: 13.698.766/0001-33 - Telefax: (75) 3275-1124



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DESFIBRILADOR BIFÁSICO E MONITOR
MULTIPARAMÉTRICO COMBINADOS
EM UM EQUIPAMENTO COMPACTO E
COM A MAIOR TELA DO MERCADO.
ÚNICO DESFIBRILADOR TOUCHSCREEN
NO MUNDO.

Total R\$ 45.064,08

3.3. Foi verificado que o valor está abaixo do permitido, sendo o permitido, atualizado, em compra direta, por dispensa de licitação, no valor de R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), sendo assim o valor final está dentro do custo estimado.

3.4. Conforme artigo 23, §1º, inciso IV, da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023.

4. DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado pela Contratante ao Contratado, através de Ordem bancária de Pagamento, de titularidade da CONTRATADA, ficando esta obrigada a emitir nota fiscal referente aos serviços prestados no período, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO caso exista pendência quanto às Fazendas Federal, Estadual, Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e trabalhista.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.4. Quando a prestação de serviços não for completa, desde que não gere prejuízos ao Município, sendo prestados os serviços em parte do que foi solicitado na ordem de serviço, poderá ser efetuado o pagamento proporcional aos serviços que foram prestados.

4.5. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

4.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

4.6.1. A fatura poderá sofrer glosas, conforme o disposto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), se for o caso, referentes ao mês de competência da prestação de serviços ou de meses anteriores.

5. DO REAJUSTE

5.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192/2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) acumulado dos últimos 12 meses.

5.2. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.3. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/21.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

5.4. Os Com fulcro artigo 136, da Lei 14.133/2021, os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- I. Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- II. Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- III. Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- IV. Empenho de dotações orçamentárias.

5.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.6. Não serão admitidos Apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.7. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

5.8. No que tange aos pedidos de repactuação, revisão de contrato e reequilíbrio econômico-financeiro, serão observados o disposto na Lei 14.133/21

6. ESCOLHA DO FORNECEDOR

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

6.2. A escolha do fornecedor, será em razão do menor preço apresentado, devendo o mesmo apresentar toda a documentação de habilitação, conforme exigência desse termo de referência, não apresentando a documentação, será convocado os remanescentes.

6.3. O fornecedor deverá enviar a documentação e proposta por e-mail: dispensamontesanto@gmail.com, ou protocolar na sede da Prefeitura Municipal de Monte Santo, na Praça Professor Salgado, s/n, Bairro Centro, no horário das 08h00min às 12h00min de segunda-feira a sexta-feira. O prazo de 03 (três) dias úteis deverá ser obedecido, sendo



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

assim após a publicação no Diário Oficial do Município, deverá ser contado os 03 (três) dias úteis

6.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

7. AMPARO LEGAL

7.1. A aquisição do objeto, pode ser efetuado mediante compra direta, através de dispensa de licitação. Podendo ser utilizada a nova lei de licitação, cuja qual já se encontra em vigor, desde a sua publicação.

7.2. Seu amparo legal, se dá, conforme artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$, 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.

8. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Para a execução do objeto será formalizado o contrato, cuja minuta acompanha este termo de referência, em anexo, o edital, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo, o edital e a Proposta de Preços da empresa vencedora.

8.2. O prazo de validade do contrato será até **26/11/2026**, com início na data de sua assinatura.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada;
- 9.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 9.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 9.8. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4. Utilizar equipe de trabalho habilitada e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor sujeitos às respectivas responsabilidades técnicas. A equipe deve ter pelo menos um membro com a qualificação técnico profissional exigida no edital de dispensa eletrônica.
- 10.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.7. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.8. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 10.9. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.10. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 10.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 10.15. O levantamento das quantidades de materiais e dos serviços para elaboração do orçamento é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá conferir todos os quantitativos indicados nos desenhos e demais documentos.
- 10.16. Compete a CONTRATADA realizar metódico estudo, verificação e comparação de toda a documentação apresentada, detalhes, especificações e demais componentes fornecidos pela CONTRATANTE para execução da obra.
- 10.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 10.18. Arcar com as despesas de motorista, manutenção, seguro, entre outros.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Será admitida a subcontratação do objeto licitatório, parcial em total, desde que aceite pela Administração.

12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 12.1. A empresa deverá cumprir com sua documentação de habilitação, para se tornar a fornecedora, devendo conter os seguintes documentos:

12.1.1. Habilitação Jurídica:

- 12.1.1.1. Documento que comprove a abertura da empresa, regido por um dos seguintes documentos:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, inclusive a última alteração contratual, atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias.
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.1.2. RG e CPF, de todos os sócios apresentados no contrato social em se tratando de sociedade, ou do empresário em se tratando de empresa individual, com firma reconhecida ou documento autenticado.

12.1.2. Regularização Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no máximo com 30 (trinta) dias anterior ao dia do certame;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e dívida ativa da União.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FTGS/CRF;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, redação dada pela Lei Federal nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

12.1.3. Qualificação Econômico-financeira:

12.1.4. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, com data de no máximo 30 (trinta) dias, da data da sessão;

12.1.5. Qualificação Técnica:

12.1.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade através de atestado de capacidade técnica-operacional, em nome da licitante.

12.1.5.2. Alvará de Licença, Localização e Funcionamento, expedido pelo Município em que a empresa for sediada, devidamente atualizado.

12.1.6. Declarações

12.1.6.1. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (ANEXO III);

12.1.6.2. Declaração de que não possui no quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo do ANEXO IV;

13. VALIDADE DA PROPOSTA

13.1. A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, conforme Decreto Municipal nº 551/2023 de 16 de fevereiro de 2023.

14. FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 14.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 104 e 156 da Lei 14.133/2021.
- 14.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 14.4. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas
- 14.5. O fiscal deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.6. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.7. O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15. SANÇÕES

15.1. Conforme artigos 155, 156, da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2. No que se refere as multas, que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante, serão as seguintes:

- a) Multa de 1,0% (um por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do objeto não entregue;
- b) Multa de 2,0% (dois por cento) sobre o valor da parte do objeto não entregue por cada dia subsequente ao trigésimo;
- c) De 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- d) De 10% (dez por cento) do valor contratual, pela recusa em refazer qualquer serviço, caracterizando-se a recusa caso a correção não se efetivar nas 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem à hora da comunicação formal da rejeição.

15.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas.

15.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fazer jus.

16. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 16.1. A extinção contratual está prevista no capítulo VIII, da Lei 14.133/2021
- 16.2. Este Contrato poderá ser extinto unilateralmente pela Contratante, por conveniência administrativa ou por infringência de qualquer das condições pactuadas;
- 16.3. O não cumprimento das disposições especificadas neste Contrato implicará automaticamente na quebra de Contrato, ensejando a extinção administrativa prevista no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, reconhecidos desde já os direitos da Administração, com relação às normas contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento dispostas no presente instrumento;
- 16.4. O presente Contrato é extinto, ainda, independentemente de qualquer interpelação Judicial ou Extrajudicial, nos casos de:
- 16.4.1. Omissão de pagamento pela Contratante;
- 16.4.2. Inadimplência de qualquer de suas cláusulas por qualquer uma das partes
- 16.4.3. Acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com a antecedência definida no subitem anterior
- 16.5. . No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.
- 16.6. O Contrato extinguir-se-á pela implementação do seu termo final, com o integral cumprimento das obrigações nele estipuladas, e, poderá ser rescindido, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigações pactuadas, e especialmente pela ocorrência das hipóteses previstas nos 137 e 138 da lei Federal Nº 14.133/2021, cujos dispositivos a Contratada declara conhecer, submetendo-se irrestritamente, a todas as determinações estabelecidas.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD), mediante a seguinte dotação:

Órgão: 03.08.00 - Secretaria Municipal De Saúde;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 03.08.51 - Fundo Municipal De Saúde;

Ação: 2015 - Manutenção Das Ações Da Atenção Especializada Em Saúde;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte dos Recursos: 1500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Saúde 15%.

Monte Santo – Bahia. 19 de novembro de 2025.